

Fonte Jornal do Brasil Class.: 166

Data 6 de Janeiro de 1977 Pg.: _____

Funai decide afastamento de missões em três meses

Brasília — "A Funai não pode dizer, no momento, quais as missões que deverão ser afastadas de áreas indígenas e nem tem condições de afirmar que as atividades dos religiosos junto aos índios tem gerado prejuízos, antes que sejam concluídos os estudos de avaliação do Grupo de Trabalho instalado pelo órgão, e cujos resultados serão conhecidos dentro de 90 dias".

A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que juntamente com os diretores dos quatro departamentos existentes no órgão, manteve encontro de mais de duas horas com o Ministro do Interior, Rangel Reis, para definir as metas que serão adotadas pela Funai em 1977.

Contradição

O General Ismarth disse não ter tomado conhecimento das declarações feitas recentemente pelo Sr Rangel Reis — que na ocasião afirmou que seu desejo era que todas as missões fossem afastadas de áreas indígenas — que a Funai firmará vários convênios com missões — católicas e não católicas — que, após a conclusão dos estudos, forem consideradas benéficas para os índios.

Acrescentou que o órgão não tolerará aquelas que apenas desenvolverem trabalhos de ordem espiritual junto às comunidades. No entanto apolará os grupos religiosos que estiverem dispostos a cumprir as determinações contidas no Estatuto do Índio. Afirmou ainda que a Funai nunca pensou em alijar as missões, "pelo contrário, sempre procurou desenvolver um trabalho conjunto em prol dos indígenas".

Ensino bilíngüe

Sobre a manutenção do ensino bilíngüe no processo de alfabetização dos índios, que na opinião do Ministro Rangel Reis é uma política errada, perda de tempo e dinheiro, o General Ismarth garantiu que para a Funai o ensino bilíngüe não é inútil, uma vez que facilita os índios a aprenderem o português, desde

que já tenham sido alfabetizados em sua língua materna.

Explicou que a intenção da Funai é avaliar a atual mecânica de ensino utilizada pelo Summer Institute, responsável pelo aprendizado bilíngüe dos índios brasileiros, e, ao mesmo tempo, preparar mão-de-obra nacional para essa atividade, evitando assim o monopólio do ensino por parte dos professores do Summer.

Ainda evitando fazer comentários sobre as afirmações do Ministro do Interior, o presidente da Funai afirmou que todas essas decisões foram amplamente discutidas com o Sr Rangel Reis durante a reunião de ontem, acrescentando que essa é a política que será adotada a partir deste ano.

Integração

A respeito do processo de integração dos índios na comunidade nacional, o General Ismarth disse que não se pode marcar prazos para que isso ocorra, mesmo porque a emancipação dependerá em grande parte da vontade dos próprios índios. Segundo ele, o objetivo do Governo está traduzido no Estatuto do Índio, que é "a bíblia da Funai".

"Não queremos guardar os indígenas em redomas, isso já acabou. No entanto, não podemos exigir que grupos sejam emancipados, antes que tenham atingido uma independência econômica capaz de concorrer com a sociedade envolvente."

Enquanto o Ministro do Interior afirmara que daqui há 20 anos poderemos reduzir para 20 mil os 220 mil índios existentes no país, e daqui a 30 anos, todos eles estarão integrados na sociedade nacional, o presidente da Funai garantiu que, no momento, não existe nenhuma tribo preparada para ser emancipada, "mesmo porque esses índios ainda não atingiram o grau de aculturação exigido no Estatuto do Índio, como pré-requisito indispensável para a integração junto aos brancos." Admitiu ainda que o excessivo paternalismo adotado pela Funai vem prejudicando o processo de independência dos indígenas e acrescentou que esse apoio exagerado será eliminado a partir deste ano.